

EMENDA Nº

(à PEC nº45 , de 2009)

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII:

“Art. 37.

.....

XXIII – as atividades do sistema de controle interno, previstas no art. 74, essenciais ao funcionamento da administração pública, contemplarão, em especial, as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição, e serão desempenhadas por órgão de natureza permanente, e exercidas por servidores organizados em carreira específica, na forma de lei complementar, e por outros servidores e militares, devidamente habilitados para essas atividades, em exercício nas unidades de controle interno dos Comandos militares.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A forma proposta pretende não deixar margem a outras interpretações que não sejam de uma única Carreira de Estado que pertence a um Único Órgão Central de Controle Interno, como hoje já ocorre com a CGU, CAGE e todos os outros Órgãos de Controle Interno Governamental.



SF/16541.66105-19

Da forma como está redigida a emenda original poderão ser criados, em cada Poder de Estado, quatro (4) Órgãos separados cada qual composto por sua carreira específica ora de CONTROLADOR, OUVIDOR, AUDITOR, CORREGEDOR.

Além de propiciar a criação de novos Órgãos essa forma de organizar o Controle Interno dos Poderes tende a exatamente enfraquecer os Sistemas de Controles Internos que pretende hoje fortalecer, atribuindo-lhes funções e Órgãos separados que hoje já são exercidas pelos Órgãos Únicos, com suas carreiras de Estado Únicas como é no caso do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Amélia
(PP-RS)

Senador/Senadora	Assinatura

